

PROCESSO CONSTITUCIONAL

Gabriel Januzzi Viana 19

PROCESSO CONSTITUCIONAL E DEVIDO PROCESSO
LEGAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Sinval da Silva Rodrigues 34

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E OS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ADJACENTE

Mateus Costa Sousa 42

A FUNDAMENTAÇÃO DO PROVIMENTO JURISDICCIONAL
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Silvana Maria Moreira 51

O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Gisele Duarte Oliveira 63

ACESSO À JUSTIÇA

Izabella Silveira Costa 72

O PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Carlos Guilherme Faria Durães 80

A EFICÁCIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE
DIREITO PELA CELERIDADE PROCESSUAL

Marta de Jesus Miranda Luiz 89

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

Renata Chaves Tupynambá 98

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS DECISÕES
JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO: COISA JULGADA
E O INSTITUTO DA QUERELA NULLITATIS

Lucas Ribeiro Carvalho 109

A JURIDICIDADE DA QUERELA NULLITATIS NO DIREITO
PÁTRIO FRENTE AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias 121

UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PROCESSO CONSTITUCIONAL

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Daniel Oliveira Freire 133

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO JULGAMENTO DE AÇÕES
REPETITIVAS E DA REPERCUSSÃO GERAL - PARA MAIOR
LEGITIMAÇÃO DOS JULGAMENTOS "POR MASSA"

SUMÁRIO

Débora Basdão Kfuri Mendes 142

O PRINCÍPIO DA TEMPESTIVIDADE DA TUTELA JURISDICCIONAL
COMO FUNDAMENTO PARA A RESPONSABILIDADE
DO ESTADO PELO JULGAMENTO TARDIO

Bruno Camargo da Silva 150

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SEGUNDO
O ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Clarisse Malheiros Canabrava Diniz 157

O PROCESSO ELETRÔNICO COMO GARANTIA
À CELERIDADE PROCESSUAL

Mário Vasconcelos Lavigne 167

AS FALHAS ESSENCIAIS DO ARTIGO 285-A DO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL - UMA ABORDAGEM **NEOINSTITUCIONALISTA**

Vinicius Fernandes Cherem Curi 177

DO PROCEDIMENTO DE DECRETAÇÃO DAS
SEGREGAÇÕES CAUTELARES EM FACE DO PARADIGMA
DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO

Rosemiro Pereira Leal 185

O CARÁTER OCULTO DO SENTIDO NORMATIVO NO NOVO CPC

Dhenis Cruz Madeira 191

PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DA ORALIDADE E ESCRITURAÇÃO:
ENSAIO SOBRE OS FUNDAMENTOS DO CONFRONTO

PROVA

Marcus Antônio Sander Rodrigues Júnior 209

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E ATIVISMO JUDICIAL NO
ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO:
UMA REFLEXÃO À LUZ DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Alexandre Lara Ribeiro 216

OS MEIOS DE PROVA NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÕES DE PATERNIDADE

Leonardo Santos Magalhães 225

A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA

TUTELAS E CAUTELAS

Josiane Queiroz Amâncio 237

A TUTELA ANTECIPADA INAUDITA ALTERA PARTE
NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Elaine Fontes Capanema 243

O PEDIDO LIMINAR NAS AÇÕES DE DESPEJO -
INOVAÇÕES DA LEI N. 12.112/2009

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Hugo Bengtsson Neto 251

POSSIBILIDADE DE AÇÃO MONITÓRIA DE CDA

PROCESSO DE EXECUÇÃO

Emerson Vieira Casseb 263

FRAUDE À EXECUÇÃO

Sílvia Maria Machado 272

SUSPENSÃO SINE DIE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO
POR AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS DO DEVEDOR
- OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Alexandre Ferreira da Silva 278

PROCESSO E JURISDIÇÃO EFICIENTES EM SEDE DAS
ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARTIGOS
475-I/475-R E 745-A E SUA INTEGRAÇÃO

Ana Maria Dias Cardoso 290

O CONTRADITÓRIO NA EXECUÇÃO E NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Lincoln Alexandre Fleming Bicalho 298

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE FRENTE À INEXIGIBILIDADE
DE PENHORA PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO

RECURSO CIVIL

Ana Carolina Costa Souza e Silva Conegundes 309

O AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS CONTRA DECISÃO
QUE INADMITE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO,
NOS DITAMES DA LEI 12.322/10

Mariana Portugal Santos Filgueiras 318

O INSTITUTO DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL PARA O
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ): ANÁLISE DE SUA
REPERCUSSÃO JUNTO AOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS

Fernanda Rodrigues Ferreira Freire 327

A RECORRIBILIDADE DA DECISÃO DE PRONUNCIAMENTO DE
DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SUMÁRIO

André Cordeiro Leal 337

INCONSISTÊNCIAS DO DIREITO AO RECURSO COMO MEIO DE ACESSO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

PROCESSO COLETIVO

Juliana Gomes Moreira Duval 351

DEMOCRATIZAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO: LEGITIMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Sérgio Luiz Anastácio 363

COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO

Conceição Aparecida Teixeira 370

A COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO

Mayra Soraggi Marafelli 377

EXTENSÃO DOS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO FACE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO

Isabela Brant Lopes 387

APLICAÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO FORMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS METAINDIVIDUAIS TRABALHISTAS

Emir Couto Manjud Maluf 396

LEGITIMAÇÃO POPULAR PARA AÇÕES ELEITORAIS: A EXCLUSÃO DO SOBERANO

Geraldo Júnior dos Santos 408

A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL NA LEI 7.347/85

Gustavo de Castro Faria 416

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (PROJETO DE LEI Nº 8.046/2010) SOB O ENFOQUE DO MODELO PARTICIPATIVO DE PROCESSO COLETIVO

PROCESSO TRIBUTARIO

Arlison Pereira Soares 429

IMINENTE RISCO GERADO PELA MÁ UTILIZAÇÃO DA PENHORA ON LINE NA EXECUÇÃO FISCAL

Márcia Rodrigues de Oliveira Alvarenga 439

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE LIMITADA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS SÓCIOS PELO SIMPLES FATO DA NÃO FORMALIZAÇÃO DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

Joana Angélica Gonçalves de Souza 447

A PROVA DA PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RECEITAS
DECORRENTES DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Fadson Wagner Paiva 456

A NEGATIVA DA FAZENDA PÚBLICA DE EMITIR CERTIDÃO
POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, ENQUANTO PENDENTES
EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL E SUBSISTENTE A PENHORA

PROCESSO DO TRABALHO

André Luis Vieira Elói 467

O PROCESSO DO TRABALHO E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO
NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO À
LUZ DA TEORIA NEOINSTITUCIONALISTA DO PROCESSO

Hander Luiz Januzzi Lima 474

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO

Tais Diniz Martins 479

O ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES TRABALHISTAS QUE
ENVOLVEM PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO
DE EMPREGO NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Gláucia Camargos Campolina Ferreira 487

DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR AÇÕES
DECORRENTES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NULOS: PARADIGMA
CONFORME O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

Khadja Medrado Araujo 493

A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA PROCESSAR
E JULGAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Débora Catizane de Oliveira 501

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO DO TRABALHO

Patrícia Marquete Vitelli 510

O *JUS POSTULANDI* NA JUSTIÇA DO TRABALHO:
ABRANGÊNCIA E EFETIVIDADE

Lucas Mateus de Freitas Quadros 518

A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O JULGAMENTO
DE AÇÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS
DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO: ENFOQUES POLÊMICOS

Natália Souza Leite 526

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

SUMÁRIO

Éverton Luciano Santos Silva 533

DISSÍDIO COLETIVO: A (DES) NECESSIDADE DE ACORDO PRÉVIO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO

Maria Luiza Luz 540

TUTELA INIBITÓRIA COLETIVA NO DIREITO DO TRABALHO

Márcio Henrique Rafael 548

A CONSTITUIÇÃO, O PRINCÍPIO PROTETIVO NA FASE JURÍDICA E FUNÇÕES INTERPRETATIVA, NORMATIVA SUBSIDIÁRIA E NORMATIVA CONCORRENTE, E A SUA NÃO APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO

PROCESSO PENAL

Maria Abadia de Andrade 559

O DIREITO PROCESSUAL PENAL DA VÍTIMA

Tatiane Garcia de Souza 566

A INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR NO PROCESSO PENAL FRENTE AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO MODELO DE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Luiz Fernando Catizane Soares 573

A INCONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA NA LEI 11.340/06

Fernanda Miranda de Sousa Oliveira 579

A COISA JULGADA NA TRANSAÇÃO PENAL

Thiago Simões Magalhães 585

ABORDAGEM POLICIAL E FUNDADA SUSPEITA: ANÁLISE CRÍTICA, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL

Roberto Melo Gomes Júnior 592

A DEFINIÇÃO DOS ANTECEDENTES CRIMINAIS E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Dimas Deon Leal 601

TRANSAÇÃO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UM ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS Nº 9.099/95

Guilherme Oliva Gomes Guimarães 607

DA PROVA ILÍCITA NO PROCESSO PENAL E A EXCEPCIONALIDADE DE SUA APLICAÇÃO

Mariana de Oliveira Rocha 616

A FRAGILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL

Obede Anunciação Martins 626

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS REGISTROS CRIMINAIS EM FACE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Adriano César Vitor Soares 637

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA UM PROCESSO DO TRABALHO MAIS EFICIENTE

Eduardo Barbosa de Sousa 647

DA EXECUÇÃO PENAL NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO: APAC/NOVA LIMA

JUIZADOS ESPECIAIS

Tássia Oliveira Guimarães Dias Franco 657

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: CELERIDADE X EFETIVIDADE

Ana Carolina Belém Rios 664

DA ILEGALIDADE DO TERMO DO PEDIDO VERBAL E DA DISPENSA DE ADVOGADO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E INADEQUAÇÃO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

FAZENDA PÚBLICA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Frederico Foureaux Freitas 675

O DIREITO DE PETIÇÃO COMO PROVOCADOR DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL

Juliana Lúcia Rodrigues 681

A PARCIALIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Leandro Flávio Machado de Lima 690

DA ISONÔMICA VALORIZAÇÃO DAS PROVAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Sergio Barbosa Rodrigues 697

PRIVILÉGIOS DA FAZENDA PÚBLICA

Wesley Maciel Ribeiro 715

AS PRERROGATIVAS OU PRIVILÉGIOS DA FAZENDA PÚBLICA

SUMÁRIO

TÓPICOS ESPECIAIS

Felippe Rabelo dos Santos 725

ASPECTOS PROCESSUAIS DA SEPARAÇÃO APÓS A
EMENDA CONSTITUCIONAL DE Nº 66/10

Vani Pereira Simões 732

QUAL INTERESSE PÚBLICO ATENDIDO PELA DILAÇÃO
DOS PRAZOS PROCESSUAIS CONCEDIDOS AS
PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO?

Amanda Luiza de Paes e Castro Aguiar 741

NOVOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS

José Vítor da Cunha 750

CONSEQUÊNCIAS DA PRÁTICA DO ATO PROCESSUAL
PREVISTO NO ARTIGO 38, PARÁGRAFO ÚNICO, DA
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Rafael Almeida Pereira 763

ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

Marcela Paula Simões 772

INAPLICABILIDADE DA LEI DA FICHA LIMPA PARA AS ELEIÇÕES
DE 2010 ANTE A VIOLAÇÃO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL

Maris Stela Seabra da Mata 780

A PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR

Flávia Roberta dos Santos Paula 787

O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PRÁTICA DO ASSÉDIO MORAL

Milena de Almeida Costa Maia 805

MANDADO DE SEGURANÇA: DO CABIMENTO EM FACE DAS
DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Carla R. C. Z. Freitas e Sérgio Henriques Zandoná Freitas 813

O CONTRADITÓRIO EM FAZZALARI E SUA CONCRETIZAÇÃO NO
PROCESSO CONSTITUCIONAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO